

Conteúdo

Questões OTOC - FINANCEIRA	2
Questão 01 (2014/05)	3
Questão 07 (2014/05)	4
Questão 12 (2014/05)	6
Questão 16 (2014/05)	7
Questão 17 (2014/05)	8
Questão 39 (2014/05)	10
Questão 40 (2014/05)	12
Questão 41 (2014/05)	13
Questão 42 (2014/05)	14
Questão 43 (2014/05)	15
Questão 44 (2014/05)	16
Questão 45 (2014/05)	17

Questões OTOC - FINANCEIRA

A SinalSeg - Sinalização e Segurança, Lda (SinalSeg, Lda.) é uma empresa com sede em Leiria, com um capital social de €500.000 e que foi constituída em 1990 por dois sócios: Alcino Alves e Belarmino Bravo. Aproveitando a grande expansão que a rede de estradas nacional então teve, Alcino e Belarmino viram a oportunidade de se dedicarem ao negócio de fabricação e instalação de sinais de trânsito. Até então os sinais de trânsito eram construídos em materiais à base de cimento, pelo que eram pesados e de difícil transporte e instalação. Alcino e Belarmino desenvolveram toda uma gama de sinais de trânsito construídos em ferro e alumínio, sendo o tempo de fabricação muito curto.

Apesar de nos últimos anos se ter verificado uma quebra de vendas da empresa no mercado nacional, consequência do facto de o ritmo de desenvolvimento da rede de estradas ter diminuído significativamente, a empresa conseguiu manter o volume global de negócios anual num valor que ronda os €4.000.000, pois a quebra observada no mercado nacional foi compensada com exportações, tendo a empresa conseguido adjudicações significativas nos mercados africano e sul-americano. Tal facto permitiu à SinalSeg, Lda. manter o nível de emprego, que em média é de 90 colaboradores, embora alguns passem agora a estar deslocados em serviço fora do país grande parte do ano.

Na SinalSeg, Lda. existem as seguintes quatro Secções na Direcção de Produção:

- *Compras*: trata das compras de materiais – ferro, alumínio, solda e tintas - de acordo com as previsões da Fabricação;
- *Armazéns*: receciona os materiais adquiridos e armazena-os até ao respetivo envio para a Fabricação. Esta secção armazena também os Produtos Acabados e prepara as expedições dos produtos que são enviados para clientes ou são entregues às equipas da secção Instalação;
- *Fabricação*: encomenda os materiais à Secção Armazéns e procede à respetiva transformação em Produtos Acabados;
- *Instalação*: procede à instalação dos sinais quando os clientes contratam também este serviço à empresa.

QUESTÃO 1.: OK.

No que respeita à valorização dos Materiais adquiridos para a fabricação de sinais, a SinalSeg, Lda.:

- a) Deve considerar apenas o preço de fatura do fornecedor, deduzido de todos os descontos comerciais.
- b) Deve considerar o preço de fatura do fornecedor, deduzido de todos os descontos comerciais, e ainda as despesas de compra em que tenha de incorrer até à entrada dos Materiais em armazém.
- c) Deve considerar o preço de fatura do fornecedor, deduzido de todos os descontos comerciais, e ainda as despesas de compra em que tenha de incorrer até à entrada dos Materiais em armazém, bem como os gastos diretos da secção Compras, na parte respeitante aos Materiais.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 01 (2014/05): ...Em Construção

Tema: CF	Tópico: Inventários e Ativos biológicos [10.4→Inventários - reconhecimento, mensuração e apresentação]				
Legislação					
Norma contabilística e de relato financeiro 18 Inventários Custos de compra (parágrafo 11) 11 — Os custos de compra de inventários incluem o <u>preço de compra</u> , direitos de importação e outros impostos (que não sejam os subsequentemente recuperáveis das entidades fiscais pela entidade) e <u>custos de transporte</u> , manuseamento e <u>outros custos directamente atribuíveis à aquisição de bens acabados, de materiais</u> e de serviços. <u>Descontos comerciais</u> , <u>abatimentos</u> e outros itens semelhantes deduzem -se na determinação dos custos de compra.					
Observações					
<i>Como a secção de compras não trabalha de graça, teremos de ter em conta os seus custos. Como os materiais têm de sair de local X, para chegar ao local Y (armazém), é previsível que se tenha custos de transporte. Depois é o básico: o que consta na factura (preço de compra – qualquer desconto comercial ou abatimento).</i>					
Logo, a resposta correcta é:		A	B	C	D
				X	

A despesa total (nomeadamente emolumentos notariais) com a aquisição do referido terreno ascendeu a €3.000, valor pelo qual o TOC da empresa, Dr. Luis Sousa, entende que o mesmo deve ser contabilizado, dado que todos os ativos fixos tangíveis da empresa estão registados pelo respetivo valor de custo, deduzido das depreciações já contabilizadas. A Gerência, por entender que o terreno tem um valor de mercado muito superior, solicitou uma avaliação imobiliária do referido terreno a um perito inscrito na CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários), o qual o avaliou em €350.000.

QUESTÃO 7.:

No que respeita ao valor pelo qual deverá ser inicialmente registado na contabilidade da SinalSeg, Lda. o terreno adquirido por usucapião:

- ☒ a) Deve ser contabilizado inicialmente pela quantia de €3.000.
- b) Deve inicialmente registrar-se por €350.000, sendo a contrapartida a conta Depósitos à ordem pelos €3.000 pagos e o remanescente deve ser contabilizado a crédito de uma sub-conta apropriada da conta 58 Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis.
- c) O terreno deve ser inicialmente registado por €350.000, sendo a contrapartida a conta Depósitos à ordem pelos €3.000 pagos e o remanescente, deve ser contabilizado a crédito de uma sub-conta apropriada da conta 59 Outras variações no capital próprio.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 07 (2014/05): ...Em Construção

Tema: CF	Tópico: Activos Fixos Tangíveis [13.3→Reconhecimento, mensuração e apresentação]
Legislação & Observações	
Norma contabilística e de relato financeiro 7 Activos Fixos Tangíveis Mensuração no reconhecimento (parágrafos 16 a 28) 16 — Um item do activo fixo tangível que seja classificado para reconhecimento como um activo <u>deve ser mensurado pelo seu custo.</u> 18 — Exemplos de custos directamente atribuíveis são: (f) <u>Honorários.</u> Modelo do custo (parágrafo 30) 30 — <u>Após o reconhecimento como um activo, um item do activo fixo tangível deve ser escriturado pelo seu custo</u> menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.	

(Chega-se a conclusão que os 3.000€ serão inicialmente reconhecidos como custo.)

Mensuração após reconhecimento (parágrafos 29 a 65)

29 — Uma entidade **deve escolher** ou o modelo de custo do parágrafo 30 ou o modelo de revalorização do parágrafo 31 como sua política contabilística e **deve aplicar essa política a uma classe inteira de activos fixos tangíveis**.

(Aqui podemos apurar que as respostas b) e c) devem estar a referir-se a movimentos de revalorização (ainda por cima de forma errada), sem primeiro considerar o custo inicial de 3.000€ como AFT, logo são respostas falsas. O enunciado mostra que a política contabilista dos AFT desta empresa é a do modelo de custo. A empresa pode posteriormente (após reconhecer os 3.000), optar pelo modelo de revalorização, pois como indica o §31 da NCRF 7, após o reconhecimento como um activo, um item do activo fixo tangível cujo justo valor possa ser mensurado fiavelmente (neste caso, a o terreno pode ser mensurada com fiabilidade) deve ser escriturado por uma quantia revalorizada.

“Modelo de revalorização (parágrafos 31 a 42)

31 — Após o reconhecimento como um activo, um item do activo fixo tangível cujo justo valor possa ser mensurado fiavelmente deve ser escriturado por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes. As revalorizações devem ser feitas com suficiente regularidade para assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente daquela que seria determinada pelo uso do justo valor à data do balanço.

32 — O justo valor de terrenos e edifícios deve ser determinado a partir de provas com base no mercado por avaliação que deverá ser realizada por avaliadores profissionalmente qualificados e independentes. O justo valor de itens de instalações e equipamentos é geralmente o seu valor de mercado determinado por avaliação.”

(A determinação do justo valor a aplicar no modelo de revalorização deve ser efectuada por um profissional experiente e conhecedor devidamente qualificado, pelo que nem o gerente nem o TOC se consideram como soluções válidas para determinar o justo valor. Logo a avaliação por um perito, como indica no enunciado, é legítima).

Logo, a resposta correcta é:	A	B	C	D
	X			

Entretanto, e dado que se aproximava o prazo para o encerramento das contas, o Dr. Luís Sousa pediu aos gerentes para se falar posteriormente da questão da sua eventual entrada para sócio da sociedade.

QUESTÃO 12.: *Mada*

No caso da SinalSeg, Lda. e sabendo-se que o exercício económico coincide com o ano civil:

- a) A Assembleia Geral Anual deverá realizar-se impreterivelmente até 31 de março de 2014.
- b) A Assembleia Geral Anual deverá realizar-se até 31 de maio de 2014, no caso de a empresa aplicar o método da equivalência patrimonial.
- ☒ c) A Assembleia Geral Anual deverá realizar-se até 31 de maio de 2014, por ser esta a data limite para a entrega da Declaração Mod. 22 do IRC.
- d) A Assembleia Geral Anual deverá realizar-se até 15 de julho de 2014, dado ser esta a data limite para a entrega da IES - Declaração Anual de Informação Contabilística e Fiscal.

Questão 12 (2014/05): ...Em Construção

Tema: CF	Tópico: Prestação de contas nas sociedades e aplicação dos resultados [19.1→O dever de relatar]			
Legislação & Observações				
Artigo 65º (CSC)				
Dever de relatar a gestão e apresentar contas				
5 - O relatório de gestão, as contas do exercício e os demais documentos de prestação de contas devem ser apresentados ao órgão competente e por este apreciados, salvo casos particulares previstos na lei, <u>no prazo de três meses a contar da data do encerramento de cada exercício anual, ou no prazo de cinco meses a contar da mesma data quando se trate de sociedades que devam apresentar contas consolidadas ou que apliquem o método da equivalência patrimonial.</u>				
<i>De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, após o encerramento de contas, o relatório de gestão, as contas do exercício e os restantes documentos de prestação de contas devem ser apresentados no prazo de três meses a contar da data do encerramento do exercício. Logo se coincide com o ano civil (neste caso), significa que o prazo é até dia 31 de Março de 2014.</i>				
<i>Como até a questão 12, a OTOC não apresentou nenhum indicio que estamos perante uma sociedade com contas consolidadas (se fosse, o prazo para apresentação dos documentos aumentava para cinco meses a partir da mesma data, ou seja, 31 de Maio de 2014), a resposta b) está incorrecta (as respostas c) e d) também).</i>				
Logo, a resposta correcta é:	A	B	C	D
	X			

Em 2014 a gerência da SinalSeg, Lda. está a ponderar adquirir a totalidade do capital social de uma empresa concorrente, a Sinal Negativo, Lda., que está numa difícil situação económico-financeira, decorrente da crise que o país tem atravessado. Esta empresa, que emprega 30 colaboradores e faturou cerca de €4.000.000 /ano em média no triénio 2011-2013, acumulou cerca de €600.000 de prejuízos nesse mesmo triénio, a que correspondeu idêntico montante de prejuízos fiscais. Esta empresa tem um importante contrato com o Ministério das Obras Públicas de Espanha que, apesar de ser muito bom, na perspetiva dos sócios-gerentes da SinalSeg, Lda., é insuficiente para que a Sinal Negativo, Lda. seja rentável e obtenha lucros.

QUESTÃO 16.:

Caso se concretize a aquisição pela SinalSeg, Lda. da totalidade do capital social da Sinal Negativo, Lda.:

- a) *A SinalSeg, Lda. deverá registar essa participação pelo método da equivalência patrimonial.*
- b) *A SinalSeg, Lda. poderá não contabilizar essa participação pelo método da equivalência patrimonial enquanto os capitais próprios da Sinal Negativo, Lda. apresentarem um valor negativo.*
- c) *Caberá à gerência da SinalSeg, Lda. a decisão sobre qual o método a adotar na contabilização daquela participação.*
- d) *Caberá exclusivamente ao TOC da SinalSeg, Lda., enquanto responsável pela regularidade técnica, nas áreas contabilística e fiscal, a decisão sobre qual o método a adotar na contabilização daquela participação.*

Questão 16 (2014/05): ...Em Construção

Tema: CF	Tópico: Investimentos financeiros [15.7→Principais elementos e operações com investimentos financeiros]			
Legislação & Observações				
<i>A gerência ou o TOC não têm poder para decidir por qual método irá ser registado a compra desta empresa, pois não estão acima das normas em vigor. O capital social negativo da empresa adquirida também não permite escolha no método a usar.</i> <i>Segundo a NCRF 15 §4, o <u>Método da equivalência patrimonial</u> é um método de contabilização pelo qual o investimento ou interesse é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota–parte do investidor ou do empreendedor nos activos líquidos da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os resultados do investidor ou empreendedor incluem a parte que lhe corresponda nos resultados da investida ou da entidade conjuntamente controlada.</i>				
Logo, a resposta correcta é:		A	B	C
		X		

Os gerentes da SinalSeg, Lda questionaram o Dr. Luís Sousa sobre a necessidade e a obrigatoriedade de se proceder à consolidação de contas entre as duas empresas, caso se verificasse a aquisição.

QUESTÃO 17.:

Caso se concretize a aquisição pela SinalSeg, Lda. da totalidade do capital social da Sinal Negativo, Lda:

- a) *A SinalSeg, Lda. estará legalmente obrigada a proceder à elaboração das contas consolidadas.*
- b) *A SinalSeg, Lda. não estará legalmente obrigada a proceder à elaboração das contas consolidadas, mas terá de as elaborar caso pretenda vir a estar abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades previsto no CIRC.*
- c) *A SinalSeg, Lda. não estará legalmente obrigada a proceder à elaboração das contas consolidadas.*
- d) *A SinalSeg, Lda. não estará legalmente obrigada a proceder à elaboração das contas consolidadas, desde que aplique o método da equivalência patrimonial na contabilização daquela participação.*

Questão 17 (2014/05): ...Em Construção

Tema: CF	Tópico: Consolidação de demonstrações financeiras [20.2.1→Entidades obrigadas a consolidar]
Legislação & Observações	
DL n.º 158/2009 Artigo 7.º Dispensa da elaboração de contas consolidadas 1 — Uma empresa mãe fica dispensada de elaborar as demonstrações financeiras consolidadas quando, na data do seu balanço, o conjunto das entidades a consolidar, com base nas suas últimas contas anuais aprovadas, não ultrapasse dois dos três limites a seguir indicados: a) Total do balanço: € 7 500 000; b) Total das vendas líquidas e outros rendimentos: € 15 000 000 (<u>o volume de negócios combinado das duas empresas não chega para ultrapassar</u>); c) Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 250 (<u>90+30 = 120, não ultrapassa</u>); <i>Deste modo, a resposta a) é falsa. O mesmo para a resposta d), pois a dispensa não se aplica devido a aplicação do MEP. O único problema é a resposta b):</i>	

Regime especial de tributação dos grupos de sociedades**Artigo 69.º (CIRC)****Âmbito e condições de aplicação**

1 - Existindo um grupo de sociedades, a sociedade dominante pode optar pela aplicação do regime especial de determinação da matéria coletável em relação a todas as sociedades do grupo.

2 - Existe um grupo de sociedades quando uma sociedade, dita dominante, detém, direta ou indiretamente, pelo menos, 75 % do capital de outra ou outras sociedades ditas dominadas, desde que tal participação lhe confira mais de 50 % dos direitos de voto.

3 - A opção pela aplicação do regime especial de tributação dos grupos de sociedades só pode ser formulada quando se verificarem cumulativamente os seguintes requisitos:

.....

b) A sociedade dominante detém a participação na sociedade dominada há mais de um ano, com referência à data em que se inicia a aplicação do regime;

Como eles tiverem esta ideia em 2014, e como eles não dizem o mês da aquisição, mesmo que efectuem a aquisição, a participação detida, em princípio, será inferior a um ano.

É de notar que “não está legalmente obrigada” pode ser uma palavra traiçoeira, pois o que está em questão é a dispensa, mas como a empresa tem condições para não fazer as DFC, então não vejo nada que posso obriga-la a fazê-lo.

Logo, a resposta correcta é:	A	B	C	D
			X	

Questão 39.:

Em 31/10/N, a sociedade FALADA, S. A. alienou 3.000 ações próprias de valor nominal de €10 por €33.000. As mesmas haviam sido adquiridas em 31/3/N, data em que foram adquiridas 6.000 ações por €72.000, tendo sido indisponibilizada, nos termos legais, a correspondente reserva do mesmo montante.

A operação implicará, à data da alienação, os seguintes registos contabilísticos:

- a) (1) Débito da conta 12 por €33.000, por contrapartida das contas 521 e 522, que serão creditadas por €30.000 e €3.000 respetivamente;
 (2) crédito da conta 552 – Outras reservas por contrapartida da conta 551x – Reservas legais indisponíveis que será debitada por €36.000;
 (3) crédito da conta 522 por contrapartida da conta 599 – Outras variações no capital próprio que será debitada por €3.000.
- b) (1) Débito da conta 12 por €33.000, por contrapartida das contas 521 e 54, que serão creditadas por €30.000 e €3.000 respetivamente.
 (2) crédito da conta 552 – Outras reservas por contrapartida da conta 551x – Reservas legais indisponíveis que será debitada por €36.000;
 (3) crédito da conta 522 por contrapartida da conta 599 – Outras variações no capital próprio que será debitada por €3.000.
- c) (1) Débito da conta 12 por €33.000, por contrapartida das contas 521 e 54, que serão creditadas por €30.000 e €3.000 respetivamente;
 (2) crédito da conta 552 – Outras reservas por contrapartida da conta 551x – Reservas legais indisponíveis que será debitada por €33.000;
 (3) crédito da conta 522 por contrapartida da conta 599 – Outras variações no capital próprio que será debitada por €3.000.
- d) 1) Débito da conta 12 por €33.000, por contrapartida das contas 521 e 522, que serão creditadas por €30.000 e €3.000 respetivamente;
 (2) crédito da conta 552 – Outras reservas por contrapartida da conta 551x – Reservas legais indisponíveis que será debitada por €33.000;
 (3) crédito da conta 522 por contrapartida da conta 599 – Outras variações no capital próprio que será debitada por €3.000.

Questão 39 (2014/05): ...Em Construção

Tema: CF	Tópico: Modificações do capital [18.3.4. Quotas e ações próprias]
Observações/Cálculos	
$x/x = \text{Débito/Crédito}$	
<u>Na aquisição a 31/03/N:</u>	

/121 - 72.000€ (valor que a empresa pagou pelas acções próprias)

521/ - 60.000€ (Valor Nominal das acções = 10€*6.000acções)

522/ - 12.000€ (72.000-60.000, diferença entre VN e custo de aquisição)

Na venda, a 31/10/N → (1):

121/ - 33.000€ (valor recebido)

/521 - 30.000€ (correspondente do valor nominal recuperado - 3.000*10)

/522 - 3.000€ (diferença entre Pv e Valor Nominal)

Só até aqui, já é possível dispensar as respostas b) e d). Como no enunciado diz que a reserva indisponibilizada ficou no montante de 72.000€, então o lançamento que ocorreu antes deve ter sido:

552/551 - 72.000€ (valor correspondente a 6.000 acções = 12€/por acção)

Deste modo, a reserva que fica livre no lançamento → (2):

551/552 - 36.000€ (valor correspondente a 6.000 = 12€/por acção)

Por aí, a resposta d) é então falsa. O último lançamento → (3):

599/522 - 3.000€ (relativo a menos-valia na operação de venda, porque estas 3.000 acções custaram 36.000 e só foram vendidas por 33.000, resultado numa diferença negativa de 3.000).

522 12.000 3000(1) 3000(3) 552 72.000 36.000(2)	521 60.000 30000(1) 551 (2)36.000 72.000	599 (3)3.000 121 (1)33.000 72.000
---	---	--

Logo, a resposta correcta é:

A	B	C	D
X			

Questão 40.: D/K.

Relativamente ao mês de dezembro do ano N, a sociedade SMARTPP, Lda. tinha disponível a seguinte informação:

Cheques emitidos e em trânsito em 31/12/N.....	€15.725	⊖	-
Depósitos efetuados no cofre noturno em 31/12/N.....	€1.200	⊕	+
Devolução de cheque sem cobertura com o extrato bancário.....	€450	+	-
Juros de Depósitos à ordem creditados pelo Banco.....	€50	+	-

Sabendo que, à data de 31 de dezembro de N, o montante do saldo bancário da conta de Depósitos à ordem era de €45.587 o montante do saldo contabilístico da conta de depósitos à ordem nessa data, era:

- a) €59.712.
- ☒ b) €30.662. ✓
- c) €31.462.
- d) €31.562.

Questão 40 (2014/05): ...Em Construção

Tema: CF	Tópico: Caixa, depósitos bancários e instrumentos financeiros [7.4. Registos contabilísticos e Reconciliações Bancárias]
Observações/Cálculos	
<i>Temos de apurar o valor dos DO da empresa a partir do extracto do banco e usando o seu saldo (45.587€), como o saldo inicial da contabilidade. Parte-se do pressuposto que o extracto bancário ficou disponível para a sociedade após 31/12/N, então a 31/12/N irá existir saídas e entradas que não foram registadas pela contabilidade:</i> ✓ <u>Cheque em Transito:</u> (-) 15.725 → Este valor está reflectido (não foi retirado) no saldo do banco (o nosso saldo inicial) porque o cheque ainda não foi descontado, mas na contabilidade, já se registou porque a empresa emitiu os cheques, e por isso <u>retira-se</u> ao saldo do banco; ✓ <u>Depósitos em cofre Nocturno em 31/12/N:</u> (+) 1.200 → O banco já sabe sobre o depósito, pelo que este valor não está reflectido (retirado) no saldo do banco (nosso saldo inicial). Como a contabilidade ainda não registou por não ter tido o documento ao mesmo tempo, então <u>adiciona-se</u> este valor ao saldo do banco; ✓ <u>Devolução do Cheque:</u> (+) 450 → O banco sabe sobre a devolução e por isso este valor não está reflectido (não existiu recebimento devido a falta de cobertura) no saldo do banco (nosso saldo inicial). Como a contabilidade só virá a saber e a ter o documento depois, ainda tem registado este depósito, e por isso <u>adiciona-se</u> este valor ao saldo do banco; ✓ <u>Juros Creditadas na DO:</u> (-) 50 → O banco sabe sobre este recebimento e por isso este valor está reflectido (Crédito do Banco = Entrada DO) no saldo do banco (nosso saldo inicial). Como a contabilidade só virá a ter o documento depois, ainda não tem registado este valor na DO, e por isso <u>retira-se</u> este valor ao saldo do banco.	

TOTAL: $45.587 - 15.725 + 1.200 + 450 - 50 = 31.462\text{€}$

Nota: Questão 25 do exame de 2013/10

Logo, a resposta correcta é:	A	B	C	D
			X	

Questão 41.: *made*

A sociedade AKIOBRA, cujo objeto é a construção civil, formalizou um contrato de empreitada pelo preço de 6.000 milhares de euros. Tendo arrancado as obras no ano N e conhecida a informação que se segue:

(valores em milhares de euros)

	N	N+1	N+2
Gastos acumulados até à data	1.500	4.050	5.450
Gastos estimados para a conclusão	3.500	1.350	—
Faturação acumulada	1.100	4.250	6.000
Recebimentos acumulados	1.000	4.000	6.000

1.100 3150

Qual o resultado bruto a reconhecer pela sociedade AKIOBRA no ano N+1, utilizando o método da percentagem do acabamento:

→ ☒ a) 450 mil euros. ✓
 b) 150 mil euros. ???
 c) 300 mil euros.
 d) 550 mil euros.

Questão 41 (2014/05): ...Em Construção

Tema: CF	Tópico: [5.2→Bases do reconhecimento do rédito]			
Observações/Cálculos				
Gastos Incorridos / Gastos Totais Estimados = % imputação para o rédito				
Em N: $1.500/(1.500+3.500) = 0,3$				
Em N+1: $4.050/(4.050+1.350) = 0,75$				
Rédito N: $0,3*6.000 = 1.800$				
Rédito N+1: $(0,75-0,3)*6.000 = 2.700\text{€}$				
<i>Como conhecemos a DR por funções, o resultado bruto é o que resulta da diferença do</i>				
Rédito-Gastos , pelo que:				
2.700€-(4.050-1.500) = 150.000€ (resultado bruto de N+1)				
Logo, a resposta correcta é:	A	B	C	D
		X		

Questão 42.: OK.

Do inventário de mercadorias da sociedade C, à data de 31/12/N, constam os seguintes itens:

- Mercadorias enviadas à consignação, valorizadas ao preço de venda que inclui uma margem de 30% sobre o preço de custo	€10.400
- Mercadorias em trânsito	€15.000
- Mercadorias recebidas do Fornecedor A em regime de consignação	€6.000

2.400

O inventário da sociedade C, em 31/12/N, está sobrevalorizado em:

a) €31.400.

b) €16.400.

c) €23.000.

d) €8.400. ✓

Questão 42 (2014/05): ...Em Construção

Tema: CF	Tópico: Inventários e Activos Biológicos [10.8→As existências à consignação]				
Observações/Cálculos					
As mercadorias consignadas são mercadorias que são colocadas junto de um vendedor/consignatário. O dono original (fornecedor) não perde a sua propriedade (continua a ser um activo do proprietário), isto até que o vendedor consiga vender as ditas mercadorias, momento no qual ele (vendedor) repassará ao dono das mercadorias o montante acordado pelas ditas (o preço de venda das mercadorias, eventualmente deduzido de uma comissão para o vendedor). Deste modo, na contabilidade do vendedor/consignatário, não será feito qualquer registo pela entrada das mercadorias à consignação, uma vez que continuam a ser propriedade do consignante/Proprietário]. Como as mercadorias enviadas a consignação continuam a ser propriedade do consignante, as mercadorias que a sociedade C recebeu do fornecedor A não podem estar registadas na contabilidade da sociedade C, pelo que o registo de 6.000, faz com que os inventários da sociedade C estejam sobrevalorizados naquele valor. A sociedade C é proprietária e consignante das mercadorias valorizadas por 10.400€. O envio de mercadorias à consignação (por parte do consignante/proprietário, neste caso, a sociedade C), dará origem ao lançamento → 326/32 – 8.000€ → pelo respectivo custo (Pv = Pc+30%Pc ⇔ 10.400 = 1,3Pv ⇔ Pc = 10.400/1,3 = 8.000). Por aqui, já podemos reparar que as mercadorias estão sobrevalorizadas por 2.400 (10.400-8.000), pois apenas deveriam estar valorizadas ao custo. A some da sobrevalorização dá um total de 8.400€					
Logo, a resposta correcta é:		A	B	C	D
					X

Questão 43.: OK.

A sociedade E adquiriu, em janeiro do ano N, uma marca de renome tendo, para o efeito, incorrido nos dispêndios seguintes:

- Fatura relativa à compra da referida marca: €200.000; ✓
- Registo da marca em Portugal: €6.000; ✓
- Honorários pagos aos dois advogados (português e do país de origem) – cada mandatário auferiu €20.000 pela concretização do negócio; 40.000 ✓
- Custos administrativos e outros custos gerais suportados: €4.000. ✗

A sociedade registou também a marca BETA, com que vai trabalhar ativamente para efeitos de exportação a partir do ano N. Esta foi o resultado do trabalho do departamento de marketing no decurso de N-3 a N-1. A totalidade dos custos com a criação da referida marca ascendeu a €150.000, repartidos igualmente ao longo do período e reconhecidos como gastos de cada um desses períodos.

Indicar qual dos valores seguintes deve ser reconhecido pela sociedade E em ativos intangíveis:

- a) €400.000.
- ☒ b) €246.000. ✓
- c) €350.000.
- d) €396.000.

Questão 43 (2014/05): ...Em Construção

Tema: CF	Tópico: Activos Intangíveis [12.3→Reconhecimento, mensuração e apresentação]
Observações/Cálculos	
<i>De acordo com a NCRF 6 §62:</i> “62 — As <u>marcas</u>, cabeçalhos, títulos de publicações, listas de clientes e itens substancialmente semelhantes <u>gerados internamente não devem ser reconhecidos como activos intangíveis.</u>” <i>Logo a marca BETA não será reconhecida em AI. De acordo com a NCRF 6 §27-§29:</i> “27 — O custo de um activo intangível adquirido separadamente compreende: (a) <u>O seu preço de compra, ...</u> (b) <u>Qualquer custo directamente atribuível de preparação do activo para o seu uso pretendido.</u> 28 — Exemplos de custos directamente atribuíveis são: ... (b) <u>Honorários resultantes directamente de levar o activo até à sua condição de funcionamento;</u> 29 — Exemplos de dispêndios que não fazem parte do custo de um activo intangível são: ...<u>(c) Custos de administração e outros custos gerais.</u> <i>Deste modo, a marca comprada pode ser reconhecida como AI. O único custo não aceite é: <u>custos administrativos gerais.</u></i> AI→ 200.000+6.000+20.000+20.000 = 246.000€	

Logo, a resposta correcta é:	A	B	C	D
		X		

Questão 44.: *ok.*

Dos documentos de prestação de contas da empresa A, referentes ao ano N, retirou-se a informação seguinte:

- Vendas – Mercadorias.....	€700.000 ✓
- Compras – Mercadorias.....	€420.000. ✓
- Perdas por imparidade do período.....	€80.000
- Redução dos inventários de mercadorias.....	€50.000 ✓
- Aumento das dívidas a fornecedores.....	€60.000
- Depreciações do período.....	€90.000
- Aumento das dívidas de clientes.....	€50.000 ✓

O fluxo das atividades operacionais da empresa A, nesse ano, foi:

a) €280.000.

☒ b) €240.000.

c) €220.000.

☒ d) €290.000. ✓

Questão 44 (2014/05): ...Em Construção

Tema: CF	Tópico: Preparação e apresentação das demonstrações financeiras [4.5.4→Demonstrações de Fluxos de Caixa]
Observações/Cálculos	
Para chegarmos ao resultado, não precisamos das perdas por imparidade ou das depreciações do período, pois normalmente nestes exercícios, são referentes aos AFT. Recebimento de Clientes X0 = Clientes X-1 + Vendas e Prestação de Serviços + IVA Liquidado – Clientes X0 – Perdas por Imparidade X0, como não se tem individualmente os montantes de Clientes X-1 e Clientes X0, utiliza-se a variação destes (neste caso, o "Aumento das dívidas de clientes"). Recebimento de Clientes X0 = (+)Diminuição/(-)Aumento Clientes + Vendas e Prestação de Serviços + IVA Liquidado – Perdas por Imparidade. Recebimento de Clientes X0 = - 50.000 + 700.000 = 650.000€ Pagamento a Fornecedores X0 = Fornecedores X-1 + <u>Compras</u> + FSE + IVA Dedutível – Fornecedores X0, como não se tem individualmente os montantes de Fornecedores X-1 e Fornecedores X0, utiliza-se a variação destes (neste caso, o "Aumento das dívidas a Fornecedor"). Aparentemente, aqui temos o pormenor chamado <u>compras</u>, que normalmente tem a fórmula: Inventários X0 = Inventários X-1 + <u>Compras</u> – CMVMC – Perdas por Imparidade. E invertido dá: Compras = <u>Inventário X0-Inventário X-1</u>+CMVMC+PpI	

Ou seja, nos já temos o valor de compras, não precisamos de mais nada para **pagamentos a fornecedores de X0**. $\text{InventáriosX-1} - \text{InventáriosX0} = \text{Variação Inventários} = \text{Redução de Inventários de Mercadorias} \rightarrow \text{significa que não precisamos deste valor, porque já temos o valor das Compras.}$

Pagamento a Fornecedores X0 = (+) Diminuição/(-) Aumento Fornecedores + Compras + FSE + IVA Dedutível
 = -60.000 + 420.000 = 360.000€.

Fluxo de Caixa da Actividade Operacional será de 650.000 - 360.000 = 290.000€.

Logo, a resposta correcta é:	A	B	C	D
				X

Questão 45.:

Em 2013, uma empresa efetuou investimentos enquadráveis no âmbito do CFEI (Crédito fiscal extraordinário ao investimento), aprovado pela Lei nº 49/2013, de 16 de junho:

- Valor do investimento relevante efetuado: €2.500.000;
- CFEI apurado: 20% x 2.500.000 € = €500.000;
- Coleta em 2013: €150.000;
- 70% da coleta: €105.000;
- Valor a deduzir à coleta até 2017: €395.000.

Os registos contabilísticos associados a esta operação foram:

- a) Débito da conta 2741 – Ativos por impostos diferidos, por contrapartida da conta 8122 – Imposto s/ rendimento – Imposto diferido, por €395.000.
- b) Débito da conta 2741 – Ativos por impostos diferidos, por contrapartida da conta 8122 – Imposto s/ rendimento – Imposto diferido, por €500.000.
- c) Débito da conta 8122 – Imposto s/ rendimento – Imposto diferido, por contrapartida da conta 2742 – Passivos por impostos diferidos, por €395.000.
- d) Débito da conta 8122 – Imposto s/ rendimento – Imposto diferido, por contrapartida da conta 2742 – Passivos por impostos diferidos, por €500.000.

Questão 45 (2014/05): ...Em Construção

Tema: CF	Tópico: Outros passivos, passivos contingentes e ativos contingentes [17.1→Imposto sobre o rendimento: corrente e diferido]
Observações	
A contabilização do imposto diferido é 2741/8122, logo as respostas c) e d) são falsas. O exercício parece simples: a empresa tem 500.000 para deduzir entre 2013-2017, teve uma colecta em 2013 de 150.000, do qual dos 500.000, só pode usar 105.000 (o máximo que pode deduzir, sobrando 395.000, que pode ser usados até 2017. Um activo por imposto diferido é diferença temporária dedutível, resultante de uma poupança fiscal futura resultante de rendimentos ou gastos já reconhecidos – que equivale a existir um activo com quantia escriturada inferior à base fiscal ou um prejuízo ou crédito fiscal	

dedutível.

O valor de 395.000 a deduzir até 2017 é um activo por imposto diferido (a empresa pagará menos imposto neste valor, resultando numa poupança fiscal futura) mas apenas se existir expectativa de a empresa conseguir obter lucros futuros que o permitam utilizar (que neste caso, é previsível que sim).

Logo, a resposta correcta é:	A	B	C	D
	X			